

MST: história, luta e perspectivas.

Por Clarissa F. do Rêgo Barros¹.

Introdução:

Entender a repercussão da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em favor da questão agrária implica em retomar particularidades históricas, relacionadas a importância da propriedade terra para a economia e agricultura brasileira, e as consequências para a população rural perante um modelo econômico voltado para o desenvolvimento do país caracterizado pela agroexportação.

Embora a resistência pela terra seja uma questão antiga na história brasileira, os movimentos de reivindicação por direitos ao acesso à terra e reconhecimento como trabalhador do campo são contemporâneos, iniciando-se por volta de 1950 com as Ligas Camponesas liderado pelo deputado advogado Francisco Julião. Abafadas durante vinte anos por conta da ditadura militar, as ligas camponesas passaram a assumir forma de um movimento social ligado à sindicatos trabalhistas no final da década de 1970. Apenas em 1994 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi fundado ganhando características múltiplas por meio de militantes preocupados não só com o acesso ao direito à terra, mas sobretudo com a educação e um novo modelo político e econômico para os trabalhadores do campo e a sociedade em geral.

A questão política só começará a ser um ponto forte na discussão da questão agrária a partir dos anos 1990, momento em que são adotadas as políticas neoliberais no Brasil. Para o que nos interessa neste artigo, as políticas neoliberais no que se refere a terra, privilegiou a continuidade do modelo de agroexportação e de latifúndio como base da produção econômica brasileira, aderindo também a agroindústria como fonte de tecnologia e alta produtividade para as plantações. Para a manutenção do sistema agroindustrial foram adotadas além do capital estrangeiro como força motriz, as sementes transgênicas e a monocultura para o abastecimento do mercado externo.

Neste sentido, o neoliberalismo contribuiu de forma indireta para a reivindicação e articulação dos movimentos relacionados a terra ou que necessitam da terra como

¹ Clarissa F. do Rêgo Barros é Historiadora. Possui Pós-Graduação em História do Século XX. É mestranda da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Bolsista Faperj.

forma de sobrevivência – uma necessidade cultural e econômica de camponeses e indígenas; o que implica diretamente na ruptura com um projeto econômico existente no campo, introduzindo novas perspectivas em torno da repartição e demarcação das terras atribuindo a questão agrária a perspectiva de direitos sociais como forma de reduzir as injustiças sociais oriundas do modelo capitalista.

No contexto de ausência do Estado na gerência das políticas sociais, o MST se coloca como um ator social fundamental de combate às práticas neoliberais e negligência do Estado. A palavra de ordem “*Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular*”² defende a reforma agrária como uma demanda essencial para o combate ao latifúndio, através da denuncia do problema da terra como um problema político, ou melhor, do modelo político-econômico voltado para exclusão social, concentração de terras e manutenção das desigualdades.

Pensando na história brasileira e no surgimento e articulação dos movimentos sociais no Brasil, este artigo discutirá o tema apresentado em três seções. A primeira “*História, direito e cidadania*”; a segunda “*O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*” e a terceira “*Perspectivas de ação e mudança política no cenário atual*”. A articulação das idéias em torno dos três temas permitirá a compreensão da ação dos movimentos sociais como um produto legítimo da sociedade civil em torno da participação política, dos direitos e conquistas sociais.

I) História, direitos e cidadania.

A Terra:

A colonização portuguesa no Brasil possuiu objetivos voltados para o abastecimento de Portugal como metrópole e sede do império português, por meio da exploração e relações comerciais com o Brasil, as Índias e a África. A distribuição de terras para a colonização buscou a ocupação do território e controle contra as invasões de outros países europeus que buscavam também as riquezas do Novo Mundo durante os séculos XVI e XVII.

² As palavras de ordem significam os temas abordados pelos congressos nacionais realizados de cinco em cinco anos pelo MST. Em 2007 na realização do 5º Congresso Nacional realizado em Brasília de 11 a 15 de junho, teve como palavra de ordem: “*Reforma Agrária: por Justiça social e Soberania Popular*”.

A opção por uma colônia de exploração relacionava os interesses do Pacto Colonial português à produção em larga escala voltada para o comércio exterior. Neste sentido, diante da ausência inicial de metais preciosos para o acúmulo espontâneo, foram oficializadas as *plantations*: grandes fazendas monocultoras e escravistas que produziam em extensas propriedades conhecidas como latifúndios para exportação.

A idéia de ocupação da terra implicou em um controle da produção e conseqüentemente sob os meios de produção e dos trabalhadores, ou seja, o colono possuía o domínio sob o produto cultivado e também sob os escravos que trabalhavam em suas terras. A distribuição das terras pela coroa portuguesa seguia requisitos e regras em torno das posses e possibilidades do colono em arcar com as despesas do espaço a eles destinado. O sistema de sesmaria ou doação repassava terras a colonos com grande número de escravos, o que significava que o senhor poderia arcar com as despesas da produção.

Escravidão, terras e imigrantes.

A escravidão tomou conta das relações sociais no Brasil e sustentou a produção econômica brasileira até a Abolição em 1888. No entanto, com o Estado Imperial no início do século XIX, a compra de alforria, casamentos e outras leis como: o fim do tráfico 1850; Ventre Livre em 1871 e 1886 a proibição dos açoites, passaram a ser adotadas como uma forma de direitos comuns ao conjunto de escravizados. De certo, é importante perceber que o fim do trabalho escravo coincidiu com o discurso liberal de individualidade, realização pessoal, desenvolvimento econômico e trabalho livre difundidos pela Inglaterra como uma forma de assegurar novos mercados e consumidores para a indústria crescente na Europa.

A intimidade entre senhores e escravos no Brasil trazia uma relação de subordinação entre escravo e senhor, mas também determinou outras relações de confiança, lealdade, conhecida como relações paternalistas. Por exemplo, o senhor muitas vezes possuía um braço direito, podendo este ser um capataz que era escravo, porém a relação de fidelidade e confiança entre ambos permitia o alcance da liberdade do escravo pela compra da alforria em troca da continuidade de serviços prestados ao senhor por meio do cultivo de terras e da venda do excedente como forma de

sobrevivência. Assim, o escravo deixava de ser escravo, mas não deixava de prestar serviços ao senhor contribuindo para a manutenção dos laços sociais e senhoriais.

O fim do Tráfico em 1850 e a introdução da Lei de Terras – a legislação que proibia o acesso por ocupação além do poder de compra, traduzia um novo período econômico no Brasil. O motor da economia era acionado pelas plantações de café, que ocupavam o primeiro lugar no consumo europeu e norte-americano. Nas fazendas do Oeste Paulista a produção ganhava novas tecnologias para o cultivo e transporte do café, no entanto a força produtiva continuava a ser o escravo. Os senhores do café investiam em ferrovias, bancos e outras formas de negócio dirigindo-se muitas vezes para os centros metropolitanos da época, como São Paulo.

A atmosfera liberal e industrial que se inseria no Brasil no final do século XIX, acompanhava as mudanças relacionadas a terra como propriedade e também a novas formas de trabalho surgidas com o fim da escravidão. A inserção dos ex-cativos no trabalho determinaria um investimento e atualização do escravo aos novos meios de produção, conseqüentemente a noção de liberdade traria novas perspectivas de inserção do ex-cativo à sociedade onde o trabalho valeria um preço, e para os antigos trabalhadores um preço alto capaz de atingir o alcance a propriedade e a nova atmosfera econômica liberal.

“Reagiram os grandes fazendeiros sem descartar a possibilidade dos imigrantes de se tornarem proprietários de pequenas glebas.(...) A fórmula que propunham e que acabaram implantando era a de que o imigrante deveria conquistar a terra pelo trabalho”. (MARTINS, 2004:32)

A partir de 1870 os imigrantes começaram a fazer parte das forças produtivas nas fazendas produtoras de café. O colonato descrevia novas relações econômicas e também de acesso a propriedade, onde *num regime de terras livres o trabalho deveria ser cativo, e no regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.* (MARTINS, 2004).

A compreensão da terra como propriedade e fonte de poder no Brasil implica na valorização do meio rural como fonte de riqueza. O fim da escravidão não foi algo aceito pelos fazendeiros com naturalidade, na medida em que eram criados sistemas para manter o trabalhador preso a produção por meio do acesso a terra, como os sistema de parceria: onde os trabalhadores livres arcavam com as despesas da terra e da

produção, mas o lucro era dividido pela metade entre colonos e parceiros; e o colonato: um regime de base familiar, onde o trabalhador recebia o encargo de produzir o café e pagar com a colheita uma quantia específica ao fazendeiro pela utilização da terra.

Estas novas formas de acesso a terra viabilizadas pela compra e pelo domínio à propriedade, corresponderam às primeiras idéias clientelistas entre camponeses e fazendeiros, que com a processualidade histórica se desdobraram em relações políticas de poder, de submissão, das quais, o camponês passará a prender-se a propriedade por meio do trabalho, tendo em vista a impossibilidade do mesmo de comprar a terra. Estas relações sociais somadas ao crescimento urbano com a industrialização determinaram a desvalorização do campo e do camponês como força de trabalho perante a adoção de novos meios de produção para arcar com a agroexportação.

Direitos e cidadania:

As bases do sistema capitalista no Brasil se formaram a partir de 1930 por meio da consolidação do sistema agro-comercial, e pelos trabalhadores livres que dispersaram-se no território nacional em núcleos econômicos voltado para a subsistência, fosse de forma autônoma ou prestando serviços. (IANNI, 1963:110).

Até a o Estado Novo (1937/1945), o desenvolvimento industrial no Brasil se concentrava em pequenas indústrias de bens de consumo não duráveis como tecidos, calçados, que concentravam um grande contingente de operários. A greve de 1917 reuniu muitos operários em torno da regularização da jornada de trabalho, aposentadoria, férias e proibição do trabalho infantil, no entanto, a república não estava preocupada com os direitos sociais e sim com o café e manutenção do produto considerado o mais forte da economia brasileira, passando assim em 1924 a criar os *CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensão*. Este sistema excluía segmentos importantes de trabalhadores como os do campo e os domésticos, visto que a atitude do governo representou um privilégio e não uma política voltada para o direito.

A consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 durante o governo Vargas, permitiu a ampliação dos direitos sociais aos trabalhadores urbanos, no que se refere a regulamentação da jornada, previdência social, férias, proibição do trabalho infantil, entre outras conquistas que contribuíram para o reconhecimento do trabalhador urbano como cidadão por meio da carteira de trabalho. No entanto, o novo Estado aprovou a

sindicalização associada ao governo como reconhecimento legítimo das reivindicações trabalhistas. Esta atitude permitiu o maior controle do Estado sob as agitações sociais e também o aumento do peleguismo, contribuindo nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos para *cidadania regulada*, ou seja, para a criação de uma cidadania com restrições políticas.

As Leis Trabalhistas não chegaram ao campo, onde as relações salariais continuavam a serem reguladas pelo trabalho sazonal e compulsório, o que obrigava muitas vezes o camponês a integrar-se ao sistema industrial. A desregularização do trabalho no campo criou diversas categorias de emprego, tais como: o arrendatário, o parceiro, o empreiteiro, os camaradas, todos vaqueiros, peões, colonos entre outros que sobreviviam no campo por meio da venda da força de trabalho por um salário que contribuiu para a manutenção da pobreza, exploração e miséria nas áreas rurais.

Somente em 1955 no Nordeste, sob o comando do advogado e deputado Francisco Julião, as *Ligas Camponesas* – como ficaram conhecidas, ganharam força como um movimento social em favor da regularização dos direitos do trabalhador do campo. As Ligas Camponesas de Sapê e da Galiléia contaram também com o apoio de Francisco Julião para o reconhecimento dos camponeses enquanto trabalhadores. As greves e manifestações dos camponeses contra os fazendeiros foram tão intensas, que no caso da Liga do Sapê, culminou na morte do líder João Pedro Teixeira. Apesar da morte de uma forte liderança, os protestos continuaram a ser realizados pela mulher de João: Elizabeth Teixeira.³

Em 1963 o governo federal decretou o Estatuto do Trabalhador Rural, que pela primeira vez, estendia ao campo a legislação social e sindical implementada por Vargas em 1943. A criação deste novo instrumento jurídico, levou o apoio de grupos de esquerda e a substituição das Ligas Camponesas pelos Sindicatos Rurais. Em 1964 a **Contag - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura**, contava com a participação de 26 federações e 263 sindicatos reconhecidos pelo ministério.

A movimentação dos trabalhadores do campo ganhava grande repercussão do país e também o financiamento das Ligas Camponesas por Cuba. A idéia de garantir melhores condições de trabalho no campo passava a assumir uma postura não só de

³ Ver: Eduardo Coutinho: “Cabra Marcado Para Morrer” – Filme editado em 1984, consagrado no festival internacional de cinema do Rio de Janeiro; prêmios: Tucano de Ouro (Melhor filme), OCIC, “D. Quixote”, e Premio de Critica

conquista de direitos, mas também de acesso a terra, o que contribuiu para a propaganda da reforma agrária. No entanto, a influência do cenário político internacional de bipolarização: comunismo e capitalismo criaram no Brasil um período de turbulência política. A renúncia do presidente Jânio Quadros e a substituição do cargo pelo vice João Goulart trouxe muitas agitações à política brasileira, principalmente no que se refere à simpatia do novo presidente à URSS e à China, e ao projeto de *Reforma de Bases* onde uma das medidas previa a reforma agrária como pauta de ação.

A viabilidade de uma reforma agrária criou uma atmosfera de conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários. Os fazendeiros se organizavam para a resistência armada contra a desapropriação das terras, o que gerou em certos locais, lutas violentas envolvendo ambos os lados.

Apesar da tentativa de ampliação dos direitos sociais no campo, através da extensão da previdência pelo Estatuto do Trabalhador Rural, a lei permaneceu no papel, pois não foram previstos recursos para implantação e financiamento dos benefícios. Os trabalhadores rurais continuaram excluídos, mesmo com o grande número de sindicatos que se organizaram diante da ênfase do governo na reforma agrária durante o curto período de Jango.

Com o golpe de 1964 pelos militares em favor da democracia, o ambiente político assume uma postura ditatorial. Em 1968, o *Ato Adicional número 5: AI-5*, foi decretado como o ato institucional mais rígido de todos, atingindo radicalmente os direitos políticos e civis. O Congresso Nacional foi fechado, passando o presidente Costa e Silva a governar ditatorialmente, foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional.

Os militares criaram agências especiais de repressão chamadas de *Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna*, conhecidos como: *DOI - CODI*. A censura eliminou a liberdade de opinião, os partidos eram controlados pelo governo, os sindicatos se encontravam sob constante ameaça de intervenção, o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias, a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo.

Por mais contraditório que pareça, após o golpe militar de 1964, em pleno governo Médici (1971) foi criado o *Fundo de Assistência Rural (Funrural)* que efetivamente incluiria os trabalhadores na previdência social. O Funrural tinha financiamento e

administração separados do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social; os recursos eram provenientes de taxas sobre os produtos rurais, pagos pelos consumidores, e de impostos sobre as folhas de pagamento de empresas urbanas cujos custos eram repassados dos empresários para os consumidores.

Os trabalhadores rurais tinham conquistado o direito a aposentadoria e pensão, além da assistência médica, que por mais modestas que fossem, superavam os baixos salários que recebiam nas áreas rurais. A distribuição destes benefícios eram entregues aos sindicatos, que por sua vez foram silenciados diante da conquista da previdência, tendo as reivindicações em favor da reforma agrária abafadas por meio do alcance de um direito.

O período Médici apresentou alguns aspectos contraditórios em seu governo, pois diante da tortura e da repressão, foi comprovada a popularidade do presidente diante do apelo ao nacionalismo como: “*Brasil: Ame-o ou deixei-o*”; uma crítica a oposição, sobretudo a oposição armada liderada por jovens de esquerda. Não só uma onda de nacionalismo xenófobo e reacionário percorreu o país neste período, como houve a tentativa do próprio presidente em investir nos direitos sociais como forma de abafar também a atmosfera de terror produzida pelas perseguições aos cidadãos vistos como subversivos.

A partir do ano de 1979, durante o governo do general João Batista Figueiredo, inicia-se um período de renovação da luta política e de retorno gradual aos direitos políticos através do renascimento das oposições por meio da participação sociedade civil em algumas eleições para prefeito e governador. Neste cenário de abertura “lenta e gradual”, como forma de preservar do Estado de Segurança Nacional construído com o Golpe de 1964, o movimento no campo apesar de silenciado desde 1963 assume proporções equivalentes ao movimento urbano dos operários surgido no final da década de 1970.

As lideranças sindicais na figura de Luís Inácio Lula da Silva, renovavam o movimento sindical, até então associado ao Estado de forma burocratizada, dando ênfase às comissões de fábrica e aos delegados sindicais que funcionavam dentro das fábricas.

“Eram os metalúrgicos de empresas automobilísticas multinacionais e de empresas nacionais de siderurgia e máquinas equipamentos, concentrados nas cidades industriais ao redor de São Paulo. (...) O movimento começou em 1977, com uma campanha de recuperação salarial. (...) Em 1978, cerca de 300 mil operários entraram em greve; em 1979, acima de 3 milhões, abrangendo as mais diversas categorias profissionais, inclusive trabalhadores rurais”. (CARVALHO, 2003:180)

O novo sindicalismo previa o rompimento do movimento operário com o Estado, o que acabou criando duas vertentes de atuação: os ligados a Lula que acreditavam no fortalecimento das bases por meio das greves, e aqueles que se associavam a partidos mantendo a tendência anterior burocratizada e pelega. A primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores (Conclat) dividiu-se em duas organizações nacionais: a *CUT – Central Única dos Trabalhadores* vinculados ao PT, e a *Conclat – Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora* ligados ao PMDB.

No campo os conflitos se acentuavam contra o poder da Igreja por meio da Comissão Pastoral da Terra. Com muitos trabalhadores rurais filiados aos sindicatos nacionais, a negociação nacional específica em relação às ações do campesinato ficou a cargo da *Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*, que apesar do pouco poder de intervenção incitaram as primeiras ocupações de terra.

O período de início da década de 1980 permitiu o reforço da organização da sociedade civil como forma de fortalecimento dos direitos políticos. A ruptura com a ditadura militar dependia da consolidação democrática, ou seja, de uma organização social isenta da participação do Estado fechado e centralizado constituído durante os governos militares. *A democracia constitui uma forma política que regula a participação política desigual das classes sociais no controle dos interesses coletivos da Nação e legitima a luta de classes como fator dinâmico da articulação da sociedade política (ou do Estado) com as aspirações ou pressões da sociedade civil.* (FERNANDES, 1982: 9).

II) O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

História:

A história permite um olhar em torno das bases de formação do *Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)* como uma organização social política em torno da luta pelo direito à terra.



(Figura 1)⁴

Em 1984 acontece na cidade de Cascavel no Paraná, o primeiro Encontro do MST. Neste ano foi afirmada a necessidade de ocupação das terras como uma ferramenta legítima aos trabalhadores rurais, em meio a uma luta voltada não só para o alcance dos direitos no campo,

mas também da construção da idéia de reforma agrária como uma forma de modificar a estrutura da propriedade da terra, entendendo-a como um caminho à justiça social.

Nos final dos anos de 1980 com o movimento de Diretas Já caracterizado pela luta em favor do direito a participação social nas eleições presidenciais, um novo cenário de intervenção social se criou possibilitando novas articulações políticas por meio da desconstrução e fim da ditadura militar. O auge da conquista social e da vitória pela luta de direitos se concretiza com a Constituição de 1988 conhecida como “*Constituição Cidadã*”, onde são definidos e reconhecidos os direitos civis, políticos e sociais e todo o cidadão brasileiro como membro da sociedade e do corpo político pelo exercício da democracia que retornava sob percalços em meio a euforia civil.

Sob o corpo constitucional, foram definidas algumas conquistas para o movimento dos trabalhadores rurais no que se refere ao direito à terra atribuindo a mesma uma função social. No entanto, no que se refere à questão agrária nacional, contra a afirmação da reforma agrária como um direito legitimado pela Constituição, a União Democrática Ruralista (UDR)⁵ – formada por uma bancada de ruralista,

⁴ Foto Janeide Souza. Usina Aliança Pernambuco/ 2006. Retirado de www.mst.org.br

⁵ A UDR – União Democrática Nacional foi criada durante o governo Sarney, com o objetivo de vetar a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que consistia em uma ampliação do Estatuto da Terra. O Plano previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias até o final do mandato. Notificados da ação governamental os ruralistas se articularam vetando a proposta e criando três frentes de

desaprovou o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária criado em 1985, aprovado durante os primeiros anos de redemocratização.

A constituição reconheceu a desapropriação das terras improdutivas pelo governo para fins da reforma agrária. Neste período o MST ganhou autonomia criando símbolos, bandeira e hinos, caracterizando as primeiras estruturas do movimento. O primeiro Congresso Nacional do MST em (1985) cuja palavra de ordem era “*Sem Reforma Agrária, não há Democracia*” remonta o clima de articulação política e definição das bases do movimento por meio da necessidade de colocar a reforma agrária na agenda do país. Este encontro nacional previa também a formação de uma unidade ao movimento a partir da construção de uma identidade aos integrantes, que se colocavam como militantes interessados em combater o latifúndio.

Os Congressos Nacionais do MST passaram a ser organizados de cinco em cinco anos, acompanhando as transições políticas e reafirmando objetivos por meio das palavras de ordem definidas durante o encontro pelos militantes. O longo espaço de tempo permitia a análise das conquistas e das ações do governo em torno da causa reivindicativa, o que permitiu ao movimento mais organização e efetividade nas ações políticas.

O Segundo Congresso realizado em 1990: “*Ocupar, Resistir e Produzir*”, denunciava o entrave da União Democrática Ruralista ao PNRA. Com a eleição Fernando Collor de Mello, os desafios do movimento se voltavam para organização interna dos acampamentos e a busca de autonomia política e financeira.

O Terceiro Congresso Nacional realizado em 1995 propõe uma nova agenda ao movimento diante da adoção das políticas neoliberais e da agitação política em torno do impeachment de Fernando Collor de Mello, assim como a eleição do novo presidente da República Fernando Henrique Cardoso. As eleições de 1994 vieram com uma proposta de reativação da economia por meio da abertura do mercado ao capital estrangeiro, privatizações e redução da interferência do Estado na economia, como forma de superação da crise interna brasileira.

A situação dos trabalhadores rurais se agravava diante da afirmação da agroexportação e da introdução da tecnologia no campo. Muitos camponeses neste período mudaram para pequenas cidades e periferias das metrópoles como forma de

enfrentamento: o braço armado, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como meio informativo dos conflitos. Ao final do governo Sarney foram assentadas menos de 90 mil famílias e dissolvido o PNRA.

fugir da exploração no campo e obter melhores salários e condições de trabalho. Diante desta realidade, o MST criou um elaborado Programa Agrário, onde foram descritos aos militantes métodos organizativos, formas de lutas e novas articulações com outros setores sociais do país e da América Latina. A palavra de ordem escolhida foi: “*Reforma Agrária, uma luta de todos*”.



No Quarto Congresso Nacional, ocorrido no ano 2000, o desencadeamento das políticas neoliberais delineavam um contexto de redução das políticas e dos direitos sociais a partir da desnacionalização do capital e sucateamento do Estado. A flexibilização econômica trazia a precarização dos serviços e novas formas de trabalhos temporários, aliados a terceirização da economia. Os conflitos no campo tomavam proporções de violência aguda entre fazendeiros e militantes, exemplificados nos massacres ocorridos em tentativas de ocupação em Corumbiara (RO) em 1995, e Eldorado dos Carajás (PA)⁶ em 1996. A negligência do governo federal em relação aos conflitos no campo determinou a impunidade dos criminosos.

Diante dos acontecimentos o movimento decidiu promover em 1997, uma das maiores marchas nacionais, que simplesmente foi ignorada pelos grandes meios de comunicação. Sob a ótica do descaso político e da ausência dos direitos sociais, o MST reafirmou o objetivo central do movimento por meio da palavra de ordem do 4º Congresso Nacional: “*Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio*”. Os desafios deste encontro propuseram uma pauta de ação em torno do enfrentamento do modelo neoliberal, o fortalecimento e ampliação de relações internacionais com outros movimentos como: Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992 e a Via Campesina, e também, novas organizações internas de elaboração teórica em trono de um projeto popular de desenvolvimento para o país.

Novos tempos e antigas batalhas:

⁶ A imagem que denuncia o massacre do Carajás ocorrido em 1996 é um cartaz realizado pelo MST como forma de protesto nos congressos e encontros do movimento. Disponível em www.mst.org.br



(Figura 3)⁷

A descrição histórica da articulação e construção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra permitiu uma análise sobre a perspectiva de ação do movimento.

No Brasil, a reivindicação da terra como uma questão legítima dos problemas oriundos da forma como o capitalismo se desenvolveu no país, e das políticas econômicas fixadas e atribuídas a produção agroexportadora como alicerce do desenvolvimento econômico nacional, as primeiras estruturas de organizações sociais se colocavam sob a ótica de defesa de direitos universais, educação, saúde, previdência social, habitação, alimentação e etc. No caso dos trabalhadores rurais a identidade cultural contribuiu para a criação de um movimento social articulado a uma idéia cultural diferente do modelo econômico dominante.

Embora a reforma agrária seja o objetivo central do movimento o contexto político e econômico obrigou o MST a construir alianças políticas e organizações internas voltadas para outros núcleos e setores do movimento, centralizados na educação, cultura, e politização dos militantes. Entre os desafios da luta, são colocados em pauta a necessidade de desenvolver a solidariedade entre a sociedade e a introdução de novos valores culturais por meio de uma unidade entre o campo e a cidade.

⁷ Foto: Francisco Rojas. Marcha pela Reforma Agrária/ 2006. retirado de www.mst.org.br

Neste sentido, o programa de reforma agrária implica na modificação da propriedade da terra como riqueza para o uso coletivo, e bem de todos os que contribuem para a produção de alimentos e desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores rurais. Por isso, a ocupação é o caminho para o alcance dos assentamentos, que implicam no apoio à produção familiar e cooperativa com preços compensadores, crédito e seguro agrícola.

“O MST se caracteriza por lutas de massa e uma grande pressão social e política. Sem ser um partido político, assume uma dimensão sociopolítica de peso. Se a finalidade básica do Movimento é a obtenção de terras que se justifica em respeito a um postulado de igualdade perante o acesso a terra -, qualquer pessoa tem o direito de suprir suas necessidades de maneira autônoma – essa reivindicação-ção inscreve-se num projeto de sociedade ampla, igualitária, solidária, democrática ecológica, que o MST procura construir na sua prática cotidiana, dentro dos assentamentos (implantações coletivas do MST”. (HOUTART, 2003:159)

A intervenção e ocupação dos sem-terra a propriedades consideradas improdutivas, ou até mesmo em áreas designadas como um campo de visibilidade ao movimento são encaradas pelos meios de comunicação e principalmente a mídia, como ataques, invasões, desorganização, criando uma lacuna entre a conquista da terra e a compreensão da necessidade do acesso a terra, visto que a iniciativa do movimento para maioria da sociedade é entendida como uma atitude irracional por parte dos militantes. A idéia de ocupação, resistência e direito é ignorada pela maioria dos indivíduos, o que contribuiu para a baixa popularidade dos sem-terra e da sua causa social.

O caso da morte do militante Keno em outubro de 2007 com dois tiros a queima roupa no Paraná junto a militante Izabel Nascimento, violentada e morta com um tiro no olho disparado de cima para baixo pelo assassino contratado pela empresa Syngenta para eliminar os sem-terra, teve pouca repercussão na grande mídia que definiu o assassinato como resultado de confrontos e invasões. Mas, entre os jornais de pequena circulação como o *Jornal Brasil de Fato*, uma reportagem publicada em 31 de outubro

de 2007 reeditada na Revista *Idéias*⁸ apresentou uma manchete que esclarece a impunidade de uma forma diferente: “*Sete pistoleiros da empresa NF Segurança foram presos em flagrante. A empresa foi contratada pela Syngenta para ‘fazer o trabalho’. O Ministério público havia pedido a prisão preventiva dos sete, para apuração dos fatos. No entanto, por decisão da juíza Sandra Bittencourt Simões, já foram soltos. A decisão da juíza – todos sabem – atrapalhará o inquérito policial. A decisão da juíza teve o objetivo de dificultar as investigações e inviabilizar o inquérito policial*”.

Visto que a luta pelo acesso à terra perpassa a transformação cultural da sociedade por meio de uma nova idéia política para a sociedade, durante o 5º Congresso Nacional realizado em 2007 na cidade de Brasília, o MST criou a seguinte palavra de ordem que regerá às ações do movimento nos próximos cinco anos: “*Reforma Agrária por justiça e soberania popular*”. A noção de soberania popular implica na centralização do MST não só na democratização da propriedade da terra, mas também na forma diferente de organização da produção, priorizando a produção de alimentos para o mercado interno, combinando com o modelo econômico capaz de distribuir a renda para todos os cidadãos.

No calor dos acontecimentos, as iniciativas em torno do agronegócio compõem uma aliança da produção industrial com a produção de monoculturas, alimentos transgênicos e biocombustíveis. A realidade dos trabalhadores sem-terra é mais uma vez subordinada a exploração no campo pelos latifúndios ou a expulsão dos mesmos por meio da adoção de novas tecnologias. A denúncia é contra o monopólio das terras e também da produção que prejudica a biodiversidade.

Em relação aos agrocombustíveis, o programa biodiesel ganha uma atenção maior do governo Lula como uma alternativa sustentável a poluição e uso desmedido do petróleo, contrapondo a idéia de uma fonte única de energia e fonte esgotável. A produção do biodiesel é gerida pela produção de cana de açúcar novamente como monocultura, contribuindo para a manutenção do governo sob o controle do comércio no atacado deste novo agrocombustível no mercado internacional. Para isso, as empresas estrangeiras vão financiar a instalação de grandes usinas de álcool ou usinas de biodiesel para óleos vegetais, controlando assim o preço do agrocombustível no mercado. Neste sentido, o Brasil continua a admitir uma postura de não autonomia da

⁸ *Idéias em Revista*: revista mensal do Sindicato de Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro. Ano II – no. 45 – Outubro/Novembro 2007.p.20.

produção e sim da exploração dos recursos naturais necessários ao abastecimento do capital estrangeiro.

Sob a antiga nova ótica de exploração do campo, o MST viabiliza uma luta além da reforma agrária propondo uma pauta conjunta com as demandas dos trabalhadores brasileiros e da América Latina. A noção de uma nova articulação política por parte dos movimentos surge de estudos em torno de um novo modelo político que não isole o país e sim assuma a força de um continente. Entende-se, neste sentido, o socialismo como uma idéia possível de acontecer caso o continente latino-americano e os movimentos sociais se unam contra o neoliberalismo, evitando assumir posicionamentos políticos de ajuste ao modelo político atual. No 5º Congresso Nacional do MST, estavam presente entre os militantes diversas entidades como a CUT – Central Única de Trabalhadores, a UNE – União Nacional dos Estudantes e partidários como o ministro da educação Fernando Hadad.⁹, o que demonstra uma idéia desta nova forma de articulação;

III) Perspectivas de ação e mudança política no cenário atual.

Idéias e conclusões:

Para uma análise em relação as possibilidades de ação dos movimentos sociais em tempos neoliberais, as alternativas que são colocadas em pauta procuram em geral estabelecer as condições de concorrência tentando paralelamente, reduzir a destruição do meio ambiente e as injustiças sociais. Em geral, os movimentos que se colocam de acordo com este posicionamento, apenas questionam o capitalismo procurando remediar desigualdades e excessos do sistema.

No entanto, uma perspectiva direcionada a mundialização das resistências permite vislumbrar diante da globalização capitalista, a fragmentação dos movimentos sociais em diferentes reivindicações em torno de direitos diversos, a impossibilidade tendo muito das vezes a convergência destes atores sociais para a construção de uma força nova. Em termos de alternativas políticas é importante reforçar as organizações internacionais com o objetivo de democratizá-las, procurando desmembrar os critérios de rentabilidade voltados para o capital retomando a originalidade das funções

⁹ Dados e informações retirados da revista *Idéias em Revista. "Muito Além da Reforma Agrária"*. Ano II/ número 12, junho 2007.p.23.

institucionais quando criadas. Por exemplo, a função da ONU não é somente criar áreas de diplomacia e domínio americano, e sim garantir a paz. Por mais estranho que pareça a reavaliação destes organismos, é possível para a construção de uma alternativa por meio de três fatores essenciais: *uma convergência das resistências ao capitalismo e das lutas sociais em todos os níveis, uma vontade política por parte dos Estados e do desenvolvimento do direito internacional.* (HOUTART, 2003:390).

Relacionando estas alternativas às ações e objetivos do MST, podemos concluir que a união com os trabalhadores de outros setores diferentes do meio rural já faz parte da pauta de ação dos militantes. A presença de membros em campanhas, Fórum Social Mundial, encontros e congressos relacionados à resistência, questão social e América Latina também têm sido uma prática comum para aliar outras resistências sociais contra o neoliberalismo.



(Figura 4)¹⁰

Neste sentido, desde a criação do movimento como núcleo organizado, o MST têm reafirmado sua agenda de luta política para o alcance da reforma agrária e um novo projeto de desenvolvimento para o campo no Brasil.

“(...) Os novos sujeitos deste momento histórico, que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitaram a exclusão como um dado inevitável (...) buscam reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculada. Os movimentos sociais

¹⁰ Fotos do arquivo MST. Horta Escola Nacional Florestan Fernandes. Retirado de www.mst.org.br

tem sido espaço de organização destas lutas e de formação destes sujeitos”.
(CALDART, 2001:209).

O MST é o sujeito do movimento que construiu não somente pela necessidade de sua formação como veículo de resistência e reivindicação, mas também como um processo de luta descrito na história do trabalhador rural no Brasil. O processo de alcance a terra descrito pelas ocupações, assentamentos, educação, marchas e coalização permitem a construção de um coletivo de indivíduos que são produtos do modelo de sociedade atual, visto não só pela atitude e idéias, mas também nas práticas sociais e no conceito de coletividade.

A designação do “sem-terra” sublinha a condição de um sujeito social: o nome que milita e em si mesmo denuncia a trajetória singular dos trabalhadores e camponeses do nosso país, homens carentes de direitos essenciais - a terra e o trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

ALDE, Alessandra, WELTMAN, Fernando Lattman. “*O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica do nosso “Estado de natureza”*”. Laboratório de Pesquisa e Comunicação Política e Opinião Pública: IUPERJ.

CARVALHO, José Murillo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, Florestan. *Ditadura em questão*. T.A Queiroz Editora: São Paulo, 1982.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. SP: Editora Hucitec, 2004.

HOUTART, François, SAMIR, Amin (org). *Fórum Mundial de alternativas. Mundialização das Resistências. O Estado das lutas 2003*. SP: Cortez, 2003.

SADER, Emir, JINKINGS, Ivana (org.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. SP: Boitempo, 2006.

Revistas e Jornais: fontes primárias.

CALDART, Roseli Salete. “*O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo*”. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino de. *A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Revista Estudos avançados. 15(43), 2001.

Idéias em Revista - Revista mensal do Sindicato de Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro. “**Sem –Terra mortos, assassinos soltos**”. Ano II – no. 45 –Outubro/Novembro 2007. p.20.

Idéias em Revista - Revista mensal do Sindicato de Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro. “**Muito Além da Reforma Agrária**”. Ano II/ número 12, junho 2007.p.23.

Jornal dos Trabalhadores sem Terra. “**Reforma Agrária por justiça social e soberania popular**”. Edição Especial. Sp: Folha Gráfica. Junho/2007.

Sites:

www.mst.org.br

<http://sisejuferj.org.br>

Filmes:

COUTINHO, Eduardo. *Cabra Marcado Para Morrer*. (Documentário).